



## Pauta da semana tem PEC que dificulta criação de ministérios

PEC 34/2013, de José Agripino, é o primeiro item da pauta de votações do Plenário do Senado

Segundo a proposta, a criação ou a extinção de estatais, ministérios e demais órgãos públicos por parte do Poder Executivo exigirão aprovação por maioria absoluta no Congresso, em lugar da maioria simples necessária hoje. Já há sinais de que a base do governo deverá se opor à aprovação.

Senadores também poderão votar projeto que limita, para evitar estratégias de protelação, o uso de recursos em processos penais. **3**



Moreira Mariz/Agência Senado

José Agripino, entre Eduardo Braga e Renan Calheiros, é autor da PEC 34 e argumenta que a mudança valorizaria o Legislativo e contribuiria para a melhora da gestão pública

Divulgação Sudene



Ao lado de Inácio Arruda (E), Valadares diz que é a favor de ligar a Sudene diretamente à Presidência da República

### Senadores querem Sudene revitalizada

Em seminário promovido sexta-feira pela Comissão de Desenvolvimento Regional, participantes destacaram importância de fortalecer a Sudene para que a autarquia lidere processo de desenvolvimento regional do Nordeste. **4**

### Lúcia Vânia participa de fórum sobre ouvidorias **2**

ACONTECEU NO SENADO

**Prazo para destruir droga apreendida fica mais curto **4****

### O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de Lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

### Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em:  
[www.senado.leg.br/agoraelei](http://www.senado.leg.br/agoraelei)



# Forum discutirá marco legal para ouvidorias

Promovido pela Controladoria-Geral da União, evento reunirá representantes de ouvidorias de instituições públicas e privadas. Ouvidora do Senado falará sobre desafios de legislar sobre o tema

DE AMANHÃ ATÉ quinta-feira, será promovido em Brasília o Fórum de Ouvidorias Públicas e Privadas. Debatedora no terceiro dia do evento, a ouvidora do Senado, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), falará sobre os desafios e as perspectivas para a proposição de projeto de lei sobre ouvidorias.

Em entrevista à Rádio Senado, Lúcia Vânia afirmou que as manifestações que sacudiram o país em junho do ano passado representaram um marco

importante para as ouvidorias, que não conseguiram perceber a dimensão da força dos movimentos sociais.

— Foi um marco importante para repensar e intensificar o papel dessas ouvidorias. Isso fez com que a gente começasse a efetuar mudanças profundas na Ouvidoria [do Senado] porque as respostas eram dadas muitas vezes de maneira muito formal, sem a preocupação de atingir diretamente aquilo que o demandante desejava.

A senadora acredita que o

fórum desta semana será uma oportunidade para fazer um balanço do que foi feito até hoje pelas ouvidorias e procurar fortalecer a atuação delas para que o cidadão se sinta mais representado.

— O fórum vai ser a oportunidade de buscar alguns projetos de lei que possam fazer com que a ouvidoria tenha um marco legal que as fortaleça — explicou

Organizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), o encontro deve reunir cerca de 300 participantes, entre representantes de ouvidorias públicas e privadas. A pauta compreende a elaboração de um projeto de lei para regulamentar a atividade de ouvidor a temas como a proteção ao denunciante, a Lei de Acesso à Informação e a mediação entre a ouvidoria e o cidadão.

O Dia Nacional do Ouvidor foi comemorado ontem.



Para Lúcia Vânia, protestos provocaram reflexão sobre papel das ouvidorias

## Conselho debate violência contra imprensa

A violência contra os profissionais da imprensa será tema de audiência pública interativa (veja quadro ao lado) hoje, às 14h, no Conselho de Comunicação Social. Para debater o tema, foram convidados o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria

do Rosário; o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho; o representante da Federação Internacional dos Jornalistas Celso Schröder; e o diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Luis Antonik.

### ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CCSjornalistas>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)
- ▶ **Facebook:** [ecidadaniaSF](https://www.facebook.com/ecidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [#CCSCN](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

## Analfabetismo é tema de audiência hoje

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate hoje a persistência do analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil. Em requerimento para a realização da audiência, Cristovam Buarque (PDT-DF) cita relatório da Unesco que revela que o Brasil é o oitavo país do mundo em número de analfabetos jovens e adultos. O estudo ainda mostra que, entre

1993 e 2003, houve redução de 200 mil analfabetos por ano. Entre 2003 e 2013, a redução foi de apenas 70 mil por ano.

— Esta é uma questão de direitos humanos. O analfabeto é um cidadão torturado constantemente intelectual, moral e economicamente — argumentou o senador.

Cristovam afirma que os últimos governos foram pró-

digos para universidades, com incentivo à criação e ao financiamento de instituições particulares, novas universidades estatais e apoio às atuais, mas o analfabetismo tem sido tratado como problema menor.

Foram convidados representantes do Ministério da Educação e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

### PLENÁRIO Maçonaria

11h Sessão especial homenageia a Ordem de Molay, mantida pela Maçonaria e baseada em princípios filosóficos.

### PRESIDÊNCIA Posse de ministros

10h Renan Calheiros vai à posse de seis ministros, entre eles os da Agricultura, Turismo, Cidades e Pesca.

### CMA Floresta de Brasília

8h30 Debate sobre a Floresta Nacional de Brasília, com o presidente do Instituto Brasília Ambiental, Nilton Reis.

### CDH Analfabetismo

9h Comissão discute o analfabetismo em parcela significativa de jovens e adultos.

### CONSELHO DE COMUNICAÇÃO

14h Audiência sobre violência contra profissionais da imprensa, com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

TERÇA

### CMA Baterias com chumbo e ácido

8h30 Proposta sobre o recolhimento e a destinação final de baterias com chumbo e ácido sulfúrico na composição.

### CCT Produção em rádio e TV

9h Projeto sobre regionalização da programação cultural, artística e jornalística e sobre produção independente em rádio e TV.

### CAE Empréstimo ao Paraná

10h Na pauta, autorização de empréstimo de US\$ 8,5 milhões entre Paraná e BID. Às 11h, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fala sobre política monetária.

### CE Residência pedagógica

11h Projetos de residência pedagógica na educação básica e de transferência de prêmios de loterias ao Fundo Nacional de Saúde.

### CAS Pesquisa de medicamentos

11h O sistema regulatório da pesquisa clínica de medicamentos no país é tema de audiência pública.

### CCJ Procuradores

14h Audiência sobre propostas para carreira de procurador municipal e a que equipara procuradores de autarquias e fundações aos de estados e municípios.

### CONGRESSO Vetos

19h Sessão conjunta para examinar vetos presidenciais. Entre os itens, será examinado veto integral ao projeto que trata da criação de novos municípios.

QUARTA

### CAS Adicional por tempo de serviço

9h Projeto que altera a CLT para instituir adicional por tempo de serviço aos empregados que recebem salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.

### CDR Obras nos aeroportos

9h O ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, e o presidente da Infraero, Antonio Matos do Vale, falam sobre obras de aeroportos.

### CCJ Reintegração na Caixa Econômica

10h Mandato de ministro do STF e reintegração de funcionários da Caixa Econômica Federal de 1995 a 2003 estão entre os projetos da pauta.

### CONGRESSO Mulher na política

12h Lançamento, no Plenário do Senado, da campanha Mais Mulher na Política, promovida em conjunto com o TSE.

### EDUCAÇÃO Financiamento

14h Reunião de trabalho da comissão temporária criada para debater o financiamento da educação.

### DEFESA DO CONSUMIDOR Votação

14h Relatório da Comissão de Modernização do Código de Defesa do Consumidor.

QUINTA

### PLENÁRIO Síndrome de Down

12h Sessão especial sobre o Dia Internacional da Síndrome de Down. A data é comemorada em 21 de março.

### CDH Políticas públicas

8h30 Audiência promove debate sobre políticas públicas para pessoas com síndrome de Down.

### CRE Mercosul

10h Debate sobre a agenda do Mercosul para este ano, com a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Mauro Borges.

### CAS Técnico em contabilidade

10h30 Para debater a extinção da profissão de técnico em contabilidade, a comissão ouve, entre outros, o presidente da Federação dos Contabilistas nos Estados Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia.

SEXTA

### PLENÁRIO Discriminação racial

11h Senado celebra o Dia Internacional contra a Discriminação Racial e o centenário de Abdias do Nascimento.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portella  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Mônica Mariz/Agência Senado



Se acatada a PEC 34, criação de órgãos públicos precisará ser aprovada com pelo menos 41 votos no Senado e 257 na Câmara

## Senado deve votar PEC que dificulta criação de estatais

Proposta está na pauta desta semana e já há sinais de que a base do governo deverá se contrapor à aprovação. Senadores também poderão votar projeto que limita o uso de recursos em processos penais

O PRIMEIRO ITEM da pauta de votações do Plenário do Senado desta semana é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 34/2013, do senador José Agripino (DEM-RN), que dificulta a criação ou a extinção de estatais, ministérios e demais órgãos públicos por parte do Poder Executivo. Integrantes da base aliada já sinalizaram que o governo é contra a matéria.

A proposta estabelece que órgãos públicos só poderão ser instituídos se autorizados em lei complementar, e não mais em lei ordinária, como atualmente. Para ser aprovado, um projeto de lei complementar exige maioria absoluta (pelo menos 41 votos no Senado e 257 na Câmara). A aprovação de projeto de lei ordinária requer maioria simples — a maioria dos presentes em uma sessão.

Os senadores também podem apreciar o projeto de lei da Câmara (PLC 58/2013) que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, para garantir a convivência familiar — por meio de visitas periódicas — a filhos cujo pai ou mãe esteja preso. O projeto é de iniciativa do Poder Executivo e já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta também estabelece que a condenação criminal não implica destituição do poder familiar. Isso só aconteceria em caso de crime doloso praticado contra o próprio filho e punível com reclusão.

### Criação de cargos

Os senadores podem votar também o projeto (PLC 96/2013), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho

(TST), que cria oito cargos de provimento efetivo no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 24ª Região, com sede em Campo Grande. Os cargos são de analista judiciário, especialidade de Tecnologia da Informação. O parecer do relator, senador Pedro Taques (PDT-MS), é favorável à aprovação.

### PEC dos Recursos

A chamada PEC dos Recursos (PEC 15/2011) também pode ser incluída na pauta de votações do Plenário no decorrer da semana. De autoria do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a proposta limita o uso de recursos em processos penais extinguindo o recurso extraordinário, cabível

junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), e o recurso especial, no caso do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os dois seriam substituídos por ações rescisórias (que podem anular sentenças judiciais), após o efetivo início do cumprimento das sentenças. O objetivo do senador era o de evitar que o recurso extraordinário pudesse ser usado para protelar decisões judiciais.

No relatório do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), aprovado na CCJ, o texto foi modificado. Os senadores decidiram manter os dois tipos de recursos, mas antecipar o início da execução da sentença. O texto aprovado na comissão garante a execução imediata da ordem de prisão em caso de sentenças proferidas por órgãos colegiados ou pelo tribunal do júri.

Na terça-feira, Ferraço pediu a inclusão da matéria na ordem

do dia e recebeu promessa nesse sentido do presidente do Senado, Renan Calheiros. Na quinta-feira, Ferraço disse à imprensa que a proposta será incluída.

— Tem um compromisso formal do presidente Renan Calheiros de que nós estaremos debatendo em Plenário a PEC 15, que tem como objetivo acelerar a Justiça brasileira — afirmou o senador.

### Isenção de visto

O quarto item da pauta de votações do Plenário do Senado é o projeto de decreto legislativo (PDS 318/2013) que ratifica o acordo de isenção de visto entre o Brasil e a República de Seicheles, país africano formado por ilhas no Oceano Índico. O acordo foi assinado na capital do país, Victoria, em 2011. A isenção de visto vale para viagens de negócios ou turismo, por um período máximo de 90 dias a cada 180 dias. O visitante não poderá exercer atividades remuneradas no outro país.

Também poderão ser votados durante a semana pelos senadores dez requerimentos de autoria do líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira.

Os requerimentos solicitam ao Tribunal de Contas da União (TCU) as prestações de contas da Caixa Econômica Federal, da Petrobras e da Itaipu Binacional dos últimos cinco anos e a

realização de auditorias junto ao Banco do Brasil, à Caixa e ao BNDES para averiguar a existência do uso de recursos públicos na reforma do Hotel Saint Peter em Brasília e nos repasses financeiros do governo federal à ONG Koinonia — Presença Ecumênica e Serviço, desde 2003.

**Condenações penais poderão ser executadas antes dos recursos extraordinários**

**Criação de ministérios exigiria maioria absoluta no Congresso**

## Randolfe e Humberto debatem no STF nova lei de direitos autorais

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP, 1ª foto) e Humberto Costa (PT-PE, 2ª foto) participam hoje de audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre alterações

com ação semelhante (ADI 5.065). O Ecad, responsável pela gestão e distribuição dos direitos autorais referentes à execução pública de obras musicais, arrecada mais de R\$ 600 milhões por ano. A nova lei busca garantir maior transparência à gestão do dinheiro arrecadado e reduzir a taxa de administração cobrada pela entidade.

— As taxas passam a, no máximo, 15% em quatro anos. Antes da lei, o Ecad cobrava 25% — disse Humberto, que defenderá a legalidade do texto.

Outras modificações incluem exigência de habilitação das associações de compositores e intérpretes junto ao Ministério da Cultura, criação de cadastro unificado de obras, e fixação em três anos dos mandatos de dirigentes. A audiência foi requerida pelo relator das ações, ministro Luiz Fux.

Saiba mais sobre direitos autorais: [bit.ly/Cidadania439](http://bit.ly/Cidadania439)



Mônica Mariz/Agência Senado



Pedro Franco/Agência Senado

## Audiência discute conservação da Floresta Nacional de Brasília

A conservação da Floresta Nacional de Brasília será tema de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) hoje, a partir das 8h30. A reunião foi solicitada pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

O parlamentar está preocupado com o aumento de pessoas vivendo dentro da unidade de conservação, o que não é permitido, por não se tratar de população tradicional.

Estão convidados para o debate o presidente do Instituto Brasília Ambiental (Ibram), Nilton Reis; a presidente da Associação dos Produtores e Protetores da Bacia do Descoberto (Pró-Descoberto), Rosany de Carvalho; o representante dos moradores, Jorge Oli-

veira; e representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

A Floresta Nacional de Brasília possui 9.369 hectares e está localizada em Taguatinga e em Brazlândia. A floresta foi criada por um decreto de 10 de junho de 1999 para formar um cinturão verde que assegurasse a preservação dos mananciais e do Parque Nacional de Brasília. Sua área é coberta por espécies usadas em reflorestamentos comerciais, com predominância do eucalipto, e de plantas nativas do Cerrado.

A reunião será realizada na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho.



Genildo Magalhães/Agência Senado

### ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h30

▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CMAflorestaAS>

▶ **Tempo real:** [bit.ly/CMAFlona](http://bit.ly/CMAFlona)

▶ **Portal Alô Senado:** [www.senado.leg.br/alosenado](http://www.senado.leg.br/alosenado)

▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

▶ **Facebook:** [alosenado](https://www.facebook.com/alosenado)

▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/CidadaniaSF)

▶ **Twitter:** [@AloSenado](https://twitter.com/AloSenado)

▶ **Twitter:** [#e\\_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania) #CMASenado #Flona

▶ **Alô Senado:** 0800 612211

▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

# Debatedores defendem revitalização da Sudene

Em seminário promovido pelo Senado, participantes propuseram que a autarquia exerça papel de liderança no processo de desenvolvimento focado na elevação do PIB regional

A EFETIVA RECRIAÇÃO e revitalização da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) passa por incorporar a autarquia aos principais fóruns de decisões governamentais, entre eles, assessoramento direto à Presidência da República e ao Congresso Nacional; participação com assento no Conselho Monetário Nacional (CNN) e nas demais decisões políticas, econômicas, financeiras e fiscais do país.

Essa é a opinião do superintendente do órgão, Luiz Gonzaga Paes Landim, e foi compartilhada pelo presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), durante seminário promovido pela comissão na sexta-feira, no Recife.

Ao enfatizar que uma das missões da comissão é contribuir para que a Sudene desempenhe seu verdadeiro papel, Valadares se posicionou a favor de ligar o órgão diretamente à Presidência da República, tornando o desenvolvimento regional uma prioridade nacional, focado na elevação do PIB do Nordeste.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que tomou a iniciativa de promover o seminário, enfatizou que a Sudene

deve estar à frente do planejamento regional, sendo o principal articulador das demandas dos estados nordestinos junto ao governo federal.

Para Inácio Arruda, a superintendência precisa ser fortalecida politicamente, se transformando em um instrumento para implementar mudanças significativas na região, capazes de atrair grandes investimentos.

O superintendente da Sudene, Luiz Gonzaga Paes Landim, abriu o evento, destacando “a ausência de uma política de desenvolvimento regional, aliada à defasagem tecnológica e educacional da Região Nordeste”.

O secretário de Planejamento e Gestão de Pernambuco, Frederico Amancio, encerrou as exposições, afirmando que o Nordeste ainda não é prioridade para o Brasil em nível de desenvolvimento, tendo muito que avançar em políticas nacionais de desenvolvimento regional. Para Amancio, a luta pelo fortalecimento da superintendência é uma luta pelo Nordeste.

Também participaram do debate os senadores Cícero Lucena (PSDB-PB), Humberto Costa (PT-PE) e Armando Monteiro (PTB-PE).

(Com informações da Ascom/Sudene).

**Valadares quer o desenvolvimento regional como prioridade nacional**

## Comissão debate assistência a produtor rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fez na sexta-feira audiência pública, presidida por Ana Amélia (PP-RS), em Não-Me-Toque (RS) para discutir assistência técnica e extensão rural no apoio aos produtores.

O representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Argileu Martins da Silva, falou sobre o papel da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), criada no final do ano passado para auxiliar pequenos produtores. Ele disse que a importância da Anater pode ser compreendida quando se considera o aumento no valor da produção em propriedades de agricultores familiares que passam a receber assistência técnica: em média, de R\$ 639 por hectare para R\$ 2.309 por hectare.

O coordenador do Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Matheus Ferreira Pinto

da Silva, falou sobre a contribuição do Senar na capacitação de técnicos. Ele informou que o modelo de assistência está voltado não só para a transmissão de conhecimento e tecnologia, mas também para gestão do negócio.

Falando em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Pedro Paulo Nienow, destacou a importância dos órgãos de assistência rural para ampliar o acesso a novas tecnologias e crédito agrícola. Ele citou pontos positivos na Anater, como a autonomia para gerenciar o próprio orçamento. Reclamou, no entanto, do fato de a agência não atender exclusivamente a agricultura familiar.

Gervásio Paulus, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Rio Grande do Sul, fez um balanço da entidade e informou sobre a difícil situação financeira, em razão de débitos tributários com a União que ultrapassam R\$ 2 bilhões.



Ana Amélia coordena debate com representantes do governo e produtores rurais em Não-Me-Toque

## ACONTECEU NO SENADO

# Drogas apreendidas terão que ser incineradas em no máximo 30 dias

Projeto aprovado pelo Senado na quarta-feira segue para sanção

O Plenário aprovou na quarta-feira projeto de lei que pretende evitar ataques a delegacias e depósitos policiais por bandidos que desejem reaver grande quantidade de drogas apreendidas. Será guardada naqueles estabelecimentos apenas uma amostra para servir como prova. O texto (PLC 115/2013), do deputado Lincoln Portela (PR-MG), segue agora para sanção.

Atualmente a lei estabelece que a destruição só pode acontecer após o encerramento do processo judicial. O relator da proposta no Senado, Humberto Costa (PT-PE), disse considerar



Incineração em prazo menor vai proteger policiais, segundo Humberto

que o projeto, apesar de simples, é importante e pode proteger policiais.

Humberto citou em Plenário exemplos do roubo de até 400 quilos de drogas de depósitos da polícia.

— Há casos de ataques a esses depósitos, inclusive com perda

de vidas entre aqueles profissionais que ali estavam para dar segurança ao conjunto de provas guardado — disse o senador.

A medida altera a Lei 11.343/2006, que trata do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).

## DOIS SENADORES REASSUMEM OS MANDATOS NA CASA

Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Cidinho Santos (PR-MT) estão voltando ao Senado. Crivella retoma o mandato após dois anos como ministro da Pesca, vaga que será assumida hoje por seu suplente no Senado, Eduardo Lopes (PRB-RJ). Cidinho voltou ao cargo na quinta-feira, devido a licença de 120 dias do titular, Blairo Maggi (PR-MT). A primeira substituição foi em 2012.

## COMISSÃO PEDE INFORMAÇÕES SOBRE NEGOCIAÇÃO DE ACORDO COM UNIÃO EUROPEIA

As negociações para criação de acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul deverão ser informadas, em detalhes, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de acordo com requerimento de informações ao Poder Executivo aprovado na quinta-feira. Apresentado por Roberto Requião (PMDB-PR), o requerimento acabou sendo de autoria de toda a comissão. Requião teme que o Brasil saia prejudicado porque a

Europa, disse ele, pretende exportar apenas produtos industrializados.

Nesta semana, o novo ministro do Desenvolvimento, Mauro Borges, fala à CRE sobre o Mercosul.



Requião fez o requerimento, que foi assinado por todos

## SELEÇÃO DE FOTOS DA SEMANA ESTÁ DISPONÍVEL NA WEB

Debates, audiências públicas, manifestação de policiais federais e negociações a fim de fazer avançar as votações estão na seleção das melhores fotos da semana de 10 a 14 de março (<http://bit.ly/Fotos10a14>).

Todas as semanas, os fotógrafos da Agência Senado produzem cerca de 7 mil fotos. Desse total, aproximadamente 500 são publicadas no Banco de Imagens e no Flickr e as demais permanecem no arquivo, à disposição da sociedade. Na sexta-feira, uma seleção é postada no Tumblr.

## PROJETO PREVÊ ISENÇÃO DE PEGÁGIO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira projeto (PLS 452/2012) de Ana Amélia (PP-RS) que isenta da cobrança de pedágio veículo conduzido por pessoa com deficiência. Para evitar que o benefício seja custeado com aumento do pedágio para os demais motoristas, a relatora na Comissão de Assuntos Econômicos, Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou emenda para que o Executivo regulamente o benefício, fixando critérios para a gratuidade. O texto segue para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário.

## ESPECIALISTAS DESCARTAM APAGÃO ELÉTRICO

Especialistas do setor energético disseram na Comissão de Infraestrutura, quarta-feira, que o sistema elétrico brasileiro tem estrutura para aguentar a escassez de chuvas, apesar de o país estar vivendo a pior situação hidrológica em 80 anos.

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, disse na audiência que o governo tem um diagnóstico perfeito do que está ocorrendo no setor e garantiu que os apagões recentes não são resultado de falta de geração de energia.

Renan Amis

Genaldino Mogaia/Agência Senado